



1ª questão: A literatura específica e a prática em sala de aula mostram que os/as estudantes mais novos/as, em razão de questões ligadas não só ao desenvolvimento como também à prática de produção de textos escritos, costumam produzir textos escritos com problemas de coesão ou com excesso de informações repetidas. Assim, é comum que sejam trabalhados textos mais narrativos e descritivos com estudantes do Ensino Fundamental, sobretudo no que diz respeito à produção. Isto porque todas as pessoas, desde a mais tenra idade, contam histórias (narram) e descrevem algo.

Ademais, é certo que o ensino de língua na escola deve se dar por meio de textos orais e escritos. Decerto que a missão da escola se concentra, sobretudo, no ensino do texto escrito, mas a fala (oralidade) não deve ser ignorada; tendo em vista que a modalidade escrita reproduz, de acordo com regras próprias, o processo de interação presente nas conversas, bem como da narrativa oral e do monólogo. Não se deve, portanto, ignorar os processos de comunicação oral sob o pretexto de ser o objetivo da escola capacitar o/a estudante para que ele/a tenha um bom desempenho na escrita.

Neste contexto, fala e escrita não devem ser vistas de forma dicotômica, mas sim como duas modalidades da língua que estão dispostas em um continuum tipológico, no qual, em uma ponta, está a escrita considerada mais formal e, de outro lado, a conversação espontânea. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) já trazem importantes considerações sobre a oralidade no ensino de língua pelas escolas, o que ajudou em um melhor tratamento da modalidade oral e da variação linguística.

É certo também que não cabe à escola ensinar aquilo que o/a estudante já sabe, ou seja, a escola não ensina a falar e



tampouco ensina a língua, mas sim os usos da língua e formas que não são corriqueiras, quer sejam de comunicação oral ou escrita. Isto implica dizer que o objeto de trabalho na escola será a língua no contexto da compreensão, produção e análise textual, propiciando as condições necessárias para que os/as estudantes possam compreender e produzir textos. Em outras palavras e conforme bem apontou Marcuschi em diversos textos, cabe à escola - e ao ensino de língua - sair do significante, do enunciado e da palavra para a significação, a enunciação e ao texto, proporcionando e favorecendo a análise e produção de diferentes gêneros textuais.

Levando-se em consideração o que foi anteriormente dito sobre as modalidades oral e escrita para o ensino de língua, bem como a responsabilidade da escola na promoção da dignidade das pessoas, propõe-se, como tema gerador para três aulas duplas a turmas do 8° ano do Ensino Fundamental, o racismo. Pretende-se, assim, apresentar dois textos de diferentes gêneros, os quais serão objetos de debate e, por fim, servirão de base para uma pequena produção textual por parte dos/as educandos/as. Ressalta-se, por oportuno, que os dois textos a serem trabalhados, apesar de serem de gêneros distintos, pertencem a um mesmo domínio discursivo: jornal.

Na primeira aula, uma charge, retirada de um jornal de grande circulação e que trata-se do tema eleito (racismo), será levada, em um primeiro momento, para a sala de aula. O objetivo, neste momento, é introduzir o debate e sensibilizar os/as estudantes para as questões ligadas ao racismo estrutural em nossa sociedade. Assim, por meio da leitura de um texto que conjuga linguagem verbal e não-verbal, os/as estudantes serão chamados para um debate oral em que as primeiras ideias/impressões sobre o tema serão le-



vantadas. Neste mesmo momento, podem ser destacadas marcas ideológicas presentes na charge, as quais podem ser apresentadas tanto no texto escrito - se houver, quanto nas imagens. Em outras palavras, pode, neste momento, ser explicitado que discurso está sendo veiculado por meio da charge. Em um segundo momento da mesma aula, os/as estudantes seriam incentivados a narrarem casos de racismo pelos quais passaram ou de que tiveram notícia. A primeira aula seria dedicada, assim, à análise textual e à produção de textos orais. Ao final da primeira aula, seria realizada a leitura de uma notícia, preferencialmente do mesmo jornal do qual a charge foi retirada, a fim de dar seguimento ao debate das questões debatidas e narrativas produzidas. O objetivo desta parte da aula é fazer a ligação entre as questões e conceitos levantados com a realidade apresentada pelos/as estudantes, tentando identificar que semelhanças e diferenças há entre as narrativas produzidas e aquilo que é apresentado na notícia.

Na segunda aula, as questões e narrativas orais seriam retomadas a partir da releitura da notícia de jornal com um caso de racismo. Nesta aula, os/as estudantes deveriam dar início ao planejamento de um texto escrito: produção de uma resenha sobre a notícia apresentada. Assim, na primeira parte da aula, os/as estudante levantariam os principais pontos e questões da notícia (que notícia? que jornal? sobre o que trata a notícia? o que é narrado? como o autor se posiciona diante da notícia? etc) por meio de tópicos escritos. Após a identificação dos aspectos mais relevantes sobre a notícia, os estudantes elaborariam um pequeno resumo sobre o texto apresentado. A orientação seria que a produção fosse constituída por dois parágrafos: no primeiro, deveria constar um resumo sobre a notícia; e, no segundo, deveria ser desenvolvida uma



reflexão sobre a notícia e a forma como ela foi escrita.

De posse dos textos produzidos pelos/as estudantes, o/a professor/a passará à avaliação dos tais textos, tendo em mente que o importante não é mensurar, mas sim identificar os problemas e as formas/estratégias para que os/as estudantes possam melhor refletir sobre suas produções.

Ato contínuo, na terceira aula, os/as estudantes receberiam suas produções com as indicações feitas pelo/a professor/a, cabendo-lhes re-escrever o seu próprio texto. O objetivo desta terceira aula é possibilitar que os/as estudantes reflitam sobre a sua própria produção a partir da interferência do/a professor/a, o/a qual deverá buscar explicitar as estratégias necessárias para melhorar a qualidade comunicativa dos textos produzidos pelos/as estudantes.

Esquematisando as aulas propostas teríamos:

- 1ª aula: apresentação de uma charge sobre racismo; debate oral sobre a charge; produção oral (narrativas sobre o racismo); primeira leitura de uma notícia de jornal sobre o racismo;
- 2ª aula: releitura da notícia de jornal; planejamento de uma resenha sobre a notícia; produção de uma pequena resenha;
- 3ª aula: re-escritura das resenhas produzidas na aula anterior.

As três aulas conjugam a produção oral e escrita, além de contemplarem o trabalho com a linguagem verbal e não-verbal. De igual forma, as aulas partem da produção de textos (orais) com sequências narrativas e avançam para a construção de textos em que os/as estudantes comecem a construir outras sequências.

2ª questão: Currículo não é somente o espaço ocupado pelas diferentes áreas do conhecimento na organização dos conteúdos escolares. Por currículo, entende-se o espaço de ações, práticas e atitudes as quais revelam a forma como compreendemos não só o mundo, mas também as relações humanas. Assim sendo, o currículo não é um produto neutro e acabado, com comunicação desinteressada de conhecimentos historicamente e socialmente elaborados, mas sim um conjunto que traz, na sua organização e essência, relações de poder e visões de mundo particulares. O currículo é, portanto, elemento histórico, social e cultural, sendo, por isso, produtor de identidades individuais e sociais particulares.

Assim como toda e qualquer prática educativa, a educação escolar é localizada historicamente, socialmente e culturalmente. Não é possível assumir, neste contexto, uma educação escolar neutra, tendo em vista que ela constitui um projeto educativo com objetivos sociais, culturais e políticos. Por esse motivo os problemas relacionados com o currículo derivam da consciência de que é por meio dele que as funções institucionais da escola são realizadas e materializadas.

A relação entre currículo e diversidade cultural deve ser pautada em uma concepção de currículo que seja capaz de acolher, por meio de suas práticas e conteúdos, a diversidade, acenando para a possibilidade de um projeto educativo escolar que provoque o diálogo intercultural. Em outras palavras, o currículo precisa ser um promotor do diálogo intercultural, possibilitando um projeto educativo escolar que valorize e promova a diversidade cultural no seu cotidiano. Para tanto, o currículo precisa ser visto como intencional e como uma ação planejada que se coloca além dos sabe-

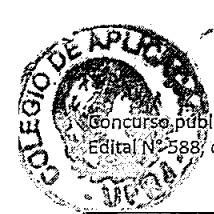


res acumuladas pela humanidade, por meio do reconhecimento do outro das diferenças e das identidades.

O currículo em diálogo intercultural cumpre duas importantes funções: uma como projeto de cultura e outra como projeto de socialização, sendo ambos os projetos viabilizados pela seleção de conteúdos, formato curricular e práticas desenvolvidas. Outrossim, graças ao caráter eminentemente político das instituições escolares, o currículo reflete duas dimensões: uma explícita (formal) e outra implícita (informal, oculta). Essas duas dimensões, por sua vez, conjugam conhecimentos historicamente legitimados - e que precisam ser ensinados - e aspectos da experiência histórica - tais como relações de poder e disputas de interesse - que permanecem implícitas. Assim, entendendo currículo como tudo aquilo que se aprende e se ensina na escola, este revela, em sua dupla função, um sistema educativo que serve a determinados interesses concretos que estão implícitos em sua formalidade e se justificam por um projeto de sociedade.

É preciso superar o modelo de currículo como um espaço de conflito entre culturas, tomando o modelo de currículo como um espaço de interação entre sujeitos que são reconhecidos em seus direitos e dignidades. O currículo precisa ser entendido como o locus em que interagem sujeitos que carregam na forma como compreendem o mundo ~~e que~~ as referências do contexto em que estão inseridos, bem como dos grupos sociais dos quais fazem parte. Somente por meio de um currículo que dialoga com diferentes identidades e culturas é possível construir processos de trocas culturais localizadas em um lugar-tempo que é a escola.

Isso posto, o currículo passa a ser concebido como um espaço para se pensar a diferença e a diversidade cul-



tural, por meio de um modo de discurso relacional que coloca em questão seu próprio modo de representar o mundo e os sujeitos. Assim, o currículo deve promover espaços de reconhecimento e respeito pela diversidade, possibilitando o diálogo entre diferentes culturas. Em um currículo que dialoga com a diversidade, as diferentes culturas não são mais vistas como objetos de estudo, mas sim estão em interação e diálogo permanentes: a ênfase está nos sujeitos e o elemento central passa a ser a promoção de relações entre as pessoas.

3ª questão: Se o currículo espelha concepções, práticas e propósitos ~~essenciais~~ de sociedade, por certo que o currículo para o ensino de língua materna vai refletir não só a concepção que se tem de língua, como também todas as estratégias para colocar em prática (habilitar) tal concepção. Além disso, por não se entender o currículo como um produto neutro e acabado, determinado currículo para o ensino de língua trará, em sua constituição, as intencionalidades - geralmente ocultas - por trás dos conteúdos e técnicas apontados na superfície. Assim, cumpre ao professor de Língua Portuguesa e Literatura apontar para os/as licenciandos/as a concepção de língua a partir da qual o currículo se constrói e trazer à tona intencionalidades que podem não ser visíveis em um primeiro momento.

Ao professor de Língua Portuguesa e Literatura do Colégio de Aplicação cabe apontar ^{aos/as licenciandos/as} que o ensino de língua e literatura se dá a partir do texto e que as escolhas dos textos a serem levados para a sala de aula não ocorrem de forma neutra, isto é, ^{os textos} são sempre pensados para a promoção de reflexões dos usos linguísticos, bem como para explicitação dos discursos veiculados por meio dos textos. Outrossim, é preciso deixar claro aos/as licenciandos/as que o texto deve ser

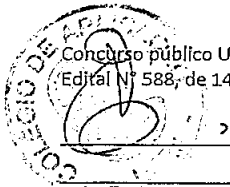


tomado como categoria para que se possa explicitar e refletir sobre mecanismos da língua falada (os quais o/a estudante já sabe), da língua escrita e do texto literário.

Ademais, é preciso que o/a professor/a de Língua Portuguesa e Literatura faça com que os/as licenciandos/as do Colégio de Aplicação entendam que o ensino de língua não implica ensinar normas de correção, mas sim que o reconhecimento da diversidade linguística e de discursos constitui a essência do ensino de língua e literatura. Isto porque o reconhecimento da diversidade linguística e de discursos conduz a um ensino ultra-produtivo da língua na escola, bem como contribui para a promoção do respeito às diferentes identidades. Assim, tomando a língua como um dado cultural, acolher as suas variedades significa também acolher a diversidade cultural presente em nossa sociedade.

Nesse sentido, é preciso também que os/as licenciandos/as sejam capazes de reconhecer o que há de explícito ou implícito nos diferentes currículos para o ensino de língua e literatura, identificando os diferentes projetos de sociedade defendidos por meio de tais currículos. A perspectiva ~~linguística~~ e conceito de língua do Colégio Aplicação seguem no caminho de construção de uma sociedade menos desigual e que respeita a diversidade cultural de seus sujeitos.

Ademais, o que se espera de um/a licenciando/a é que este/a participe ativamente das construções das aulas e atividades, contribuindo para a realização destas. Entende-se que a participação ativa é formativa, não devendo ser o estágio em licenciatura algo somente - e meramente - passivo, em que o/a licenciando/a somente cumpre tarefas previamente elaboradas. O/a licenciando/a é, antes de qualquer definição, um/a falante competente e, por isso, deve contribuir para as aulas e ati-



vidades a serem realizadas com as turmas; pelo fato de estar se formando para o ensino de língua e literatura, o compromisso do/a licenciando/a com a construção das aulas, do planejamento, avaliação e currículo torna-se ainda mais desejável. As diferentes origens e formações dos/as licenciandos/as certamente contribuem para a construção de um currículo que mantém o permanente diálogo com a diversidade cultural.